



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº
3.832, DE 2024

Altera a da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para garantir prioridade no acesso às vagas em estabelecimentos da rede pública de educação básica, inclusive creches.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) para garantir prioridade no acesso às vagas em estabelecimentos da rede pública de educação básica, inclusive creches.

Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) passa a vigorar com a seguinte redação:

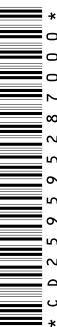
“Art. 27

§ 1º

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito ao acesso prioritário às vagas em estabelecimentos da rede pública de educação básica, inclusive creches, observando o disposto no artigo 14-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

§ 3º O direito de prioridade previsto no parágrafo segundo é extensivo aos filhos de atendente pessoal de pessoas com deficiência, desde que comprovado o vínculo conforme regulamento.

.....



Art. 38-A. A pessoa com deficiência tem direito ao acesso prioritário, garantidas as devidas adaptações, às políticas públicas de acesso ao emprego e à formação profissional.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Comissões, em 20 de maio de 2025.

Deputado **DUARTE JR.**
Presidente

